

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1102

PADRÃO ESPACIAL DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL — 1995-2003

**Lauro Ramos
Valéria Ferreira**

Rio de Janeiro, julho de 2005

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1102

PADRÃO ESPACIAL DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL — 1995-2003

Lauro Ramos*
Valéria Ferreira**

Rio de Janeiro, julho de 2005

* Do IPEA.
lramos@ipea.gov.br

** Mestranda da Ence.
val@ipea.gov.br

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário-Executivo – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL J21, J4

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL TOTAL 2

3 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 9

4 AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO 1995-2003 13

APÊNDICE 15

BIBLIOGRAFIA 26

SINOPSE

As diferenças quanto à homogeneidade espacial da evolução das principais variáveis associadas ao funcionamento do mercado de trabalho já foram identificadas em alguns estudos. Se, por um lado, o comportamento do nível da ocupação parece ser espacialmente neutro, o do emprego formal e da informalidade é heterogêneo, principalmente no que diz respeito ao recorte metropolitano. Essas evidências para o emprego formal, encontradas nos dados amostrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são examinadas em maior profundidade neste estudo, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), que consiste basicamente de uma enumeração desse setor. Essas informações confirmam as diferenças na evolução, tanto no tempo quanto na distribuição espacial. Primeiro, tanto para a ocupação formal como um todo quanto para aquela restrita à indústria, o período 1995-1998 apresentou um crescimento muito modesto, ou mesmo retração. De 1999 a 2003, entretanto, o panorama foi radicalmente distinto, com um crescimento expressivo, provavelmente reflexo da mudança de regime cambial que conferiu um “ganho” de produtividade à produção nacional. Segundo, o processo de despolarização é claro, principalmente no caso da indústria, e em especial para regiões metropolitanas da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), lideradas pelos dois maiores pólos: São Paulo e Rio de Janeiro. Os beneficiários foram o próprio interior desses dois estados, bem como os estados vizinhos.

ABSTRACT

Other studies have already identified differences in the spatial pattern related to the evolution of important labor market variables. On the one hand, the behavior of the total level occupation seems to be spatially neutral. On the other, the pattern for formal employment, as well as the degree of informality, is not. This is particularly true when it comes to metropolitan versus non-metropolitan areas. These findings are based on the PNADs, which are national household surveys with stratified sample. This study tries to take advantage of another source of information, Rais, which constitutes an enumeration of the formal sector, to examine more closely what happened to formal employment between 1995 and 2003. First, the results support those findings, as there are evidences of differences both in time and spatial evolutions. There was a weak growth in formal employment, and even net destruction of jobs in the industry, in the first half of the period. From 1999 on, arguably as a consequence of the changes in the exchange rate regime, the rates of growth went up substantially. Second, a process of decentralization took place along the whole period, once again in a more pronounced fashion within the industrial sector. The metropolitan areas, led by the two major ones—São Paulo and Rio de Janeiro—lost a sizable share of formal employment, which renders the indications of PME biased for the Brazilian labor market for this matter.

1 INTRODUÇÃO

Estudos anteriores, que privilegiaram a análise da evolução do mercado de trabalho brasileiro no período que se seguiu ao início do processo de abertura comercial, mostraram que essa evolução não foi espacialmente neutra para todas as variáveis de interesse na avaliação do desempenho desse mercado. Enquanto a ocupação total e a taxa de desemprego, por exemplo, tiveram um comportamento homogêneo segundo vários recortes geográficos, o mesmo não ocorreu, entre outros, para o emprego formal e o emprego na indústria, conforme discutido em Ramos e Ferreira (2005a). As implicações desses resultados, obtidos a partir das informações das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs), são importantes, pois deixam claro que as inferências feitas a partir das estatísticas da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) — pesquisa domiciliar contemporânea e de frequência mensal, e por isso mesmo muito utilizada como referência para diagnosticar o estado das artes no mercado de trabalho — nem sempre refletem bem a realidade no plano nacional, uma vez que ela está restrita a um conjunto de seis regiões metropolitanas (RMs) e existem diferenças espaciais nas dinâmicas dos mercados metropolitano e não-metropolitano.

Em estudo mais recente, Ramos e Ferreira (2005b) investigam mais de perto a questão da informalidade, que vem suscitando muitas preocupações entre estudiosos da economia do trabalho, formuladores de política e a sociedade em geral, tanto por seus efeitos indesejáveis na esfera econômica *stricto sensu* como por aqueles decorrentes da difusão de práticas à margem da legislação. Os autores mostram que o padrão de evolução da informalidade foi heterogêneo em termos espaciais e setoriais. Chama a atenção nesse estudo a existência de uma flagrante dicotomia entre as áreas metropolitanas e as não-metropolitanas em relação a esse agregado: enquanto a informalidade cresce de forma expressiva nas metrópoles, em especial naquelas cobertas pela PME, o oposto é verificado nas demais áreas, onde a informalidade diminui, de tal modo que no plano nacional ela permanece praticamente inalterada, em um patamar alto, é bem verdade, entre 1992 e 2003.

Esse resultado é consequência, naturalmente, de modificações nas distribuições tanto dos postos de trabalho formais, ou protegidos, quanto informais. Como frisado, já foram detectadas evidências, com base nos dados da PNAD, de mudanças importantes na distribuição espacial do emprego formal na era pós-abertura comercial. Há, inclusive, uma profusão de conjecturas e indícios de que a busca de maior competitividade para os produtos brasileiros — a existência de uma “guerra fiscal” entre os entes federativos para atrair indústrias, o florescimento do agronegócio no interior do país, entre outros fatores de alguma forma associados ao processo de abertura — induziu uma migração de postos de trabalho protegidos para fora dos pólos tradicionais, que são as grandes RMs.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é investigar mais detalhadamente essa despolarização do emprego formal, em particular no âmbito da indústria, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE).¹ Enquanto a PNAD é uma pesquisa domiciliar de

1. As informações da Rais, fornecidas em caráter mandatório pelas empresas, retratam o estoque de vínculos formais ativos no dia 31 de dezembro de cada ano.

caráter amostral, a Rais é um registro administrativo que representa praticamente uma enumeração completa do setor formal. Os resultados dessa última, portanto, espelham com maior fidelidade e precisão os movimentos ocorridos no emprego protegido durante o período. Como a Rais passou por importantes modificações metodológicas em 1994-1995, que comprometem em parte a comparação dos resultados com os anos anteriores, o período de investigação tem início nesse ano e prolonga-se até 2003, o ano mais recente para o qual os dados estão disponíveis.

2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL TOTAL

O conjunto de Tabelas 1, 2, 3 e 4 sumaria algumas informações importantes acerca da variação do número de postos de trabalho formais, ou protegidos, no sentido de estarem ao abrigo da legislação trabalhista, entre 1995 e 2003, de acordo com a Rais.² No período, o nível do emprego no setor formal passou de 23,76 milhões para 28,54 milhões, com a geração líquida de quase 6 milhões de postos de trabalho. O crescimento no plano nacional foi de 24,4%, o que equivale a uma média anual de cerca de 2,8%. Conforme pode ser visto no Apêndice, quase metade dessa geração de empregos foi alcançada nos anos de 2000 (1,3 milhão) e 2002 (1,5 milhão), enquanto a variação entre 1995 e 1999 ficou pouco acima de 1,2 milhão, o que corresponde a uma média anual de cerca de 300 mil postos de trabalho. Essa constatação é indicativa de que em tempos recentes, após a mudança do regime cambial, o setor formal retomou fôlego (a média anual de geração líquida de empregos com vínculo formal de 2000 a 2003 é superior a 1 milhão), o que confirma a tendência de mudança no quadro da informalidade identificada por Ramos e Ferreira (2005b).

Outro ponto importante a ser destacado na Tabela 1 é a discrepância na taxa de crescimento acumulada do nível de emprego formal entre as áreas metropolitanas e não-metropolitanas:³ enquanto o Brasil não-metropolitano experimentou um crescimento acima da média, atingindo 37,4%, o conjunto das regiões metropolitanas, em contrapartida, ficou bem abaixo, não passando de 11,6%. Ao restringir o universo apenas às seis regiões metropolitanas cobertas pela PME, o crescimento é ainda menor — 9,8% —, o que reforça a idéia de que essa última pesquisa, importante por captar movimentos conjunturais no mercado de trabalho metropolitano em função de sua frequência e contemporaneidade, nem sempre reflete com acurácia a realidade do mercado de trabalho como um todo.

Uma decorrência direta desse crescimento desbalanceado é que as áreas metropolitanas perderam representatividade, com sua participação no total passando de majoritários 50,3% para 45,1% no período, o que equivale a uma perda de 5,2 pontos percentuais (p.p.). Isso se deveu quase que exclusivamente ao conjunto coberto pela PME, cuja participação no total caiu de 41,7% em 1995 para 36,8% em 2003, tendo sido responsável por 4,9 p.p. daquela queda.

2. A evolução ano a ano do nível da ocupação formal é fornecida no Apêndice.

3. É preciso salientar que Brasília está incluída como RM, embora não seja classificada dessa maneira nos registros da Rais. Isso foi feito para manter a consistência com as agregações da PNAD.

TABELA 1
VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL — 1995-2003

	1995	2003	Crescimento (%)	Var. partic. (p.p.)
Brasil	23.745.786	29.544.927	24,4	-
Metropolitano	11.940.328	13.325.631	11,6	-5,18
Não-metropolitano	11.805.458	16.219.296	37,4	5,18
RMs				
RMs da PME	9.896.639	10.865.268	9,8	-4,90
Belo Horizonte	1.093.670	1.267.763	15,9	-0,31
Porto Alegre	853.522	1.010.184	18,4	-0,18
Recife	575.048	633.419	10,2	-0,28
Rio de Janeiro	2.234.732	2.290.348	2,5	-1,66
Salvador	583.047	734.988	26,1	0,03
São Paulo	4.556.620	4.928.566	8,2	-2,51
Demais RMs	2.043.689	2.460.363	20,4	-0,28
Belém	282.062	319.984	13,4	-0,10
Curitiba	688.960	777.744	12,9	-0,27
Distrito Federal	629.158	810.122	28,8	0,09
Fortaleza	443.509	552.513	24,6	0,00
Grandes regiões				
Norte	910.152	1.379.761	51,6	0,84
Nordeste	3.854.070	5.095.390	32,2	1,02
Sudeste	13.253.259	15.396.672	16,2	-3,70
Sul	4.100.397	5.256.600	28,2	0,52
Centro-Oeste	1.627.908	2.416.504	48,4	1,32

Fonte: Rais/MTE.

TABELA 2
VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO (UFs) — 1995-2003

UFs	1995	2003	Crescimento (%)	Var. partic. (p.p.)
Brasil	23.745.786	29.544.927	24,4	-
Bahia	951.438	1.379.609	45,0	0,66
Goiás	511.018	827.039	61,8	0,65
Santa Catarina	908.745	1.292.407	42,2	0,55
Mato Grosso	232.434	414.101	78,2	0,42
Minas Gerais	2.436.243	3.138.026	28,8	0,37
Pará	393.808	572.579	45,4	0,28
Ceará	596.070	825.062	38,4	0,28
Tocantins	56.731	146.192	157,7	0,26
Paraná	1.462.484	1.884.380	28,8	0,22
Mato Grosso do Sul	255.298	365.242	43,1	0,16
Maranhão	247.925	348.761	40,7	0,14
Espírito Santo	420.547	565.301	34,4	0,14
Rondônia	119.040	183.477	54,1	0,12
Rio Grande do Norte	285.985	388.007	35,7	0,11
Distrito Federal	629.158	810.122	28,8	0,09
Amapá	31.758	62.927	98,1	0,08
Sergipe	178.548	245.111	37,3	0,08
Amazonas	239.253	318.361	33,1	0,07
Piauí	184.384	247.106	34,0	0,06
Acre	48.156	68.500	42,2	0,03
Roraima	21.406	27.725	29,5	0,00
Paraíba	308.434	383.867	24,5	0,00
Alagoas	276.273	315.691	14,3	-0,09
Pernambuco	825.013	962.176	16,6	-0,22
Rio Grande do Sul	1.729.168	2.079.813	20,3	-0,24
Rio de Janeiro	2.688.192	2.945.193	9,6	-1,35
São Paulo	7.708.277	8.748.152	13,5	-2,84

Fonte: Rais/MTE.

TABELA 3
VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR UF E RM — 1995-2003

UFs e RMs	1995	2003	Crescimento (%)	Var. partic. (p.p.)
Brasil	23.745.786	29.544.927	24,4	-
Minas Gerais (não-metropolitana)	1.342.390	1.870.263	39,3	0,68
Goiás	511.018	827.039	61,8	0,65
Bahia (não-metropolitana)	368.391	644.621	75,0	0,63
Santa Catarina	908.745	1.292.407	42,2	0,55
Paraná (não-metropolitana)	773.524	1.106.636	43,1	0,49
Mato Grosso	232.434	414.101	78,2	0,42
Pará (não-metropolitana)	111.746	252.595	126,0	0,38
Rio de Janeiro (não-metropolitana)	453.460	654.845	44,4	0,31
Ceará (não-metropolitana)	152.561	272.549	78,6	0,28
Tocantins	56.731	146.192	157,7	0,26
Mato Grosso do Sul	255.298	365.242	43,1	0,16
Maranhão	247.925	348.761	40,7	0,14
Espírito Santo	420.547	565.301	34,4	0,14
Rondônia	119.040	183.477	54,1	0,12
Rio Grande do Norte	285.985	388.007	35,7	0,11
Distrito Federal	629.158	810.122	28,8	0,09
Amapá	31.758	62.927	98,1	0,08
Sergipe	178.548	245.111	37,3	0,08
Amazonas	239.253	318.361	33,1	0,07
Piauí	184.384	247.106	34,0	0,06
Pernambuco (não-metropolitana)	249.965	328.757	31,5	0,06
Acre	48.156	68.500	42,2	0,03
Bahia (metropolitana)	583.047	734.988	26,1	0,03
Roraima	21.406	27.725	29,5	0,00
Ceará (metropolitana)	443.509	552.513	24,6	0,00
Paraíba	308.434	383.867	24,5	0,00
Rio Grande do Sul (não-metropolitana)	875.646	1.069.629	22,2	-0,07
Alagoas	276.273	315.691	14,3	-0,09
Pará (metropolitana)	282.062	319.984	13,4	-0,10
Rio Grande do Sul	853.522	1.010.184	18,4	-0,18
Paraná (metropolitana)	688.960	777.744	12,9	-0,27
Pernambuco (metropolitana)	575.048	633.419	10,2	-0,28
Minas Gerais (metropolitana)	1.093.670	1.267.763	15,9	-0,31
São Paulo (não-metropolitana)	3.151.657	3.819.586	21,2	-0,34
Rio de Janeiro (metropolitana)	2.234.732	2.290.348	2,5	-1,66
São Paulo (metropolitana)	4.556.620	4.928.566	8,2	-2,51

Fonte: Rais/MTE.

TABELA 4
VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL — 1995-2003

	1995	2003	Crescimento (%)	Var. part. (p.p.)
Brasil	23.745.786	29.544.927	24,4	-
Sexo				
Homens	14.874.666	17.740.944	19,3	-2,59
Mulheres	8.871.120	11.803.983	33,1	2,59
Educação				
Analfabetos	727.204	288.322	-60,4	-2,12
4.ª série incompleta	2.493.898	1.732.621	-30,5	-4,74
4.ª série completa	3.447.330	2.506.751	-27,3	-6,18
8.ª série incompleta	3.593.755	3.427.768	-4,62	-3,68
8.ª série completa	3.495.806	4.845.342	38,6	1,53
2.º grau incompleto	1.898.665	2.561.300	34,9	0,59
2.º grau completo	4.354.629	8.705.921	99,9	10,95
Superior incompleto	857.071	1.124.065	31,2	0,16
Superior completo	2.645.062	4.352.837	64,6	3,48
Idade				
Até 17 anos	580.029	282.811	-51,2	-1,49
18 a 24	4.412.527	5.474.595	24,1	-0,11
25 a 29	4.028.026	4.986.631	23,8	-0,14
30 a 39	7.412.786	6.516.262	19,7	-1,30
40 a 49	4.875.443	6.516.262	33,7	1,46
50 a 64	2.184.565	3.197.382	46,4	1,59
65 anos ou mais	173.593	216.166	24,5	0,00
Setor				
Extrativa mineral	109.092	122.806	12,6	-0,05
Ind. de transformação	4.897.402	5.356.159	94	-2,72
Serv. de utilidade pública	378.197	319.068	-15,6	-0,53
Construção civil	1.077.516	1.948.251	-2,7	-1,04
Comércio	3.339.975	5.119.479	53,3	3,11
Serviços	7.229.060	9.378.566	29,7	0,98
Adm. pública	5.457.846	6.991.973	28,1	0,44
Agropecuária, pesca etc.	1.005.524	1.207.672	20,1	-0,19

Fonte: Rais/MTE.

Em termos das grandes regiões geográficas, foi observado um crescimento pronunciado nas duas que apresentavam os menores níveis em 1995: a região Norte, onde o emprego formal aumentou 51,6%, e a região Centro-Oeste, com 48,4%, o que corresponde a uma expansão média ligeiramente superior a 5% a.a. As regiões Nordeste e Sul, embora de forma mais modesta, também cresceram acima da média nacional, com 32,2% e 28,2%, respectivamente. A região Sudeste, onde se encontra mais da metade dos postos de trabalho protegidos, foi a que experimentou o menor crescimento, de 16,2%, ou cerca de 2/3 da expansão verificada no agregado. Assim,

apesar de manter a posição majoritária, a região Sudeste foi a única que perdeu participação no período — 3,7 p.p. —, passando de 55,8% do total em 1995 para 52,1% em 2003. Todas as demais aumentaram suas fatias, com destaque para a região Centro-Oeste onde o incremento foi de 1,3 p.p., atingindo 8,2% do total.

Vale destacar, também, que as variações na participação no total segundo as regiões geográficas foram menores do que entre as áreas metropolitanas, mostrando que boa parte da migração do emprego formal para fora das grandes metrópoles se deu para o interior dos próprios estados ou para estados vizinhos. Esse ponto será explorado a seguir, com base nas informações das Tabelas 2 e 3.

A Tabela 2 apresenta os níveis do emprego formal em 1995 e 2003 segundo as UFs. Os estados que apresentaram as maiores taxas de crescimento nesse intervalo⁴ foram aqueles situados em áreas de expansão de fronteira agrícola, com destaque para Mato Grosso e Goiás.⁵ Há que destacar, além das UFs da região Norte e Centro-Oeste em geral, algumas da região Nordeste, principalmente a Bahia, e também Maranhão, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte, com crescimentos bem acima da média nacional.

Não obstante, mais do que identificar os estados que cresceram acima da média, o que chama a atenção é o reduzido número dos que tiveram um desempenho abaixo dela — apenas cinco. Dentre eles se sobressaem os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que não só apresentaram as menores taxas de crescimento — 9,6% e 13,5%, respectivamente —, como também foram, por larga margem, os que experimentaram as maiores reduções nas suas participações no total: -1,35 p.p. e -2,84 p.p., nessa ordem.⁶

Em linhas gerais, o comportamento do emprego formal foi relativamente homogêneo para grande parte das UFs, de tal forma que praticamente metade delas teve um crescimento entre 15% e 40%. Essa percepção de uniformidade é, em parte, corroborada pela constatação de que o índice de turbulência⁷ é menor entre os 27 estados — 4,76% — do que quando se considera a partição entre áreas metropolitanas ou não, quando ele atinge a marca de 5,18%.

De fato, uma breve inspeção dos resultados que constam da Tabela 3, onde os estados que possuem RMs são divididos nas suas parcelas metropolitana e não-metropolitana, torna essa realidade mais fácil de ser compreendida.⁸ Primeiro, das 27 áreas não-metropolitanas, apenas três, Alagoas e o “interior” de São Paulo e do Rio Grande do Sul têm crescimento abaixo da média — no caso das duas últimas por uma margem ínfima. Segundo, das dez RMs sete têm uma *performance* inferior àquela do país como um todo, e as outras três estão bem pouco acima. Mais ainda, o emprego formal

4. Mas não necessariamente o maior incremento na participação relativa, como indicado na última coluna da tabela, dado que essa depende do nível inicial.

5. É fato que Tocantins e Amapá apresentaram crescimentos percentuais mais expressivos, mas o fato de os níveis de 1995 serem muito baixos faz com que a variação absoluta tenha sido mais modesta e, principalmente, pode comprometer a significância estatística do resultado.

6. Apesar disso, eles ainda respondiam por cerca de 40% do total de vínculos protegidos em 2003.

7. O índice de turbulência representa a menor parcela de postos de trabalho que teriam de ser realocados para reconstituir a distribuição original. Quanto maior ele for, maiores as mudanças espaciais.

8. Quando se considera essa partição estendida, o índice turbulência sobe para 5,82%.

em São Paulo e Rio de Janeiro metropolitanos praticamente não cresceu nesses oito anos: as médias anuais foram, respectivamente, iguais a 1,0% e 0,3%.

Ou seja, em termos de realocação espacial do emprego formal o recorte mais relevante é, sem dúvida, aquele segundo áreas metropolitanas e não-metropolitanas, que se impõem à desagregação que envolve as UFs. Mais que isso, quando a segunda partição é sobreposta à primeira, o aumento no índice de turbulência é marginal. A combinação dessas duas evidências permite inferir que a dinâmica espacial no que diz respeito ao emprego formal foi marcada pela migração de postos de trabalho das RMs para o interior dos próprios estados e/ou para estados adjacentes.

A Tabela 4 fornece elementos para analisar mudanças na composição dos vínculos formais segundo outros atributos individuais e setores de atividade. Em primeiro lugar, há uma evolução na participação das mulheres, de 2,59 p.p., o que em boa medida resulta de sua maior representação na força de trabalho.

Em segundo, o recorte educacional permite confirmar a crescente exigência de qualificação para o ingresso no setor protegido. Vale salientar que todos os grupos com menos que o primeiro grau completo sofreram reduções na sua participação nesse segmento do mercado de trabalho, e, mais impressionante, todos eles apresentaram crescimento negativo, ou seja, experimentaram reduções absolutas no período. O panorama é completamente distinto no que diz respeito ao contingente que tem pelo menos o primeiro grau completo, caracterizando claramente uma dicotomia. Não só todos os grupos aí contidos cresceram, como essa expansão foi mais enviesada em favor daqueles que têm, agora, pelo menos o segundo grau completo. O conjunto desses trabalhadores com grau mais elevado de escolaridade entre aqueles que possuem vínculo empregatício formal chegou, em 2003, a 48%, comparado a não mais que 1/3 em 1995, elevando sua participação no total em mais de 15 p.p. A intensidade dessas alterações reflete expressivo valor do índice de turbulência a elas associado — 16,72%.

Terceiro, a desagregação, de acordo com grupos etários, revela uma redução absoluta na faixa mais jovem — até 17 anos de idade — e uma quase estabilidade na faixa que vai dos 18 aos 39 anos. De forma até certo ponto surpreendente, o grupo etário que mais cresceu no âmbito do setor formal, e conseqüentemente aumentou sua participação, foi aquele entre 40 e 65 anos. De qualquer maneira, em que pesem essas pequenas alterações, uma leitura mais pragmática indica uma expansão neutra, para todos os efeitos práticos, do emprego formal no que tange ao padrão etário, de tal sorte que o índice de turbulência não atingiu 2,5%.

Por fim, uma partição de particular interesse, na medida em que pode estar mais diretamente associada à natureza do processo econômico, refere-se aos setores de atividade. Conforme identificado na seção anterior, a informalidade cresceu muito nas áreas metropolitanas nos anos 1990, expansão que foi neutralizada por uma redução, ainda que modesta, nas demais áreas. Uma explicação plausível para esse fato seria a conjunção da migração de atividades mais formais para o interior com uma deterioração dos graus de formalização dos seus vínculos. A Tabela 4 não fornece evidências cabais nesse sentido, mas chama a atenção o fato de que o setor econômico que sofreu a maior redução na sua participação nesse tipo de ocupação — 2,72 p.p. — foi a indústria de transformação, tradicional reduto de bons empregos. A seção

seguinte será dedicada a uma inspeção mais detalhada do padrão da dinâmica espacial desse segmento.

3 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

O emprego formal na indústria de transformação, que em 1995 respondia por mais de 20% do total de postos de trabalho dessa natureza, experimentou um ritmo de crescimento bastante modesto — apenas 9,4% —, o que equivale a uma taxa anual de 1,1%, tendo passado de 4,90 milhões em 1995 para 5,36 milhões em 2003, conforme retratado na Tabela 5. Similar ao agregado, a mudança de regime cambial no início de 1999 parece demarcar dois períodos distintos, mas, nesse caso, de forma ainda mais aguda, já que entre 1995 e 1998 houve, na verdade, uma destruição líquida de mais de 400 mil postos de trabalho no setor. No quinquênio seguinte foi observada uma geração líquida de quase 900 mil empregos formais na indústria, o que corresponde a uma taxa de expansão anual de 3,7% (ver dados anuais no Apêndice).

De forma análoga, o contraste entre o comportamento nas RMs e nas áreas não-metropolitanas também foi mais aguçado no caso da indústria que no agregado. Na verdade, entre 1995 e 2003 houve um encolhimento desse emprego nas RMs, mais especificamente naquelas cobertas pela PME: nessas últimas houve uma contração de 17,2%, enquanto nas demais ocorreu uma expansão de 26,9%, de tal forma que no Brasil metropolitano o emprego formal na indústria foi reduzido em 12,6%. Em contrapartida, nas demais áreas o crescimento acumulado no período foi de 27,4%, o que acarretou um aumento de 9,05 p.p. na sua participação relativa.

Vale lembrar, o deslocamento do emprego industrial das RMs para as demais áreas foi um dos principais fatos estilizados da década de 1990 identificados por Ramos e Ferreira (2005a), com base na PNAD. O resultado aqui obtido com os dados da Rais não só reforça aquela conclusão como, mais importante, a qualifica. Primeiro, fica claro que o processo de migração da ocupação na indústria ocorreu quando o objeto de análise era o emprego formal⁹ e, segundo, que o fenômeno, no que tange aos vínculos protegidos, é característico das RMs cobertas pela PME, na medida em que apenas Porto Alegre mostrou crescimento no período, ao mesmo tempo em que Rio de Janeiro e São Paulo, as duas maiores,¹⁰ experimentaram drásticas reduções no período. Assim, não só se confirma a hipótese de despolarização do emprego de qualidade na indústria, como também é possível concluir que o uso dos resultados da PME para avaliar o padrão de comportamento do mercado de trabalho leva a diagnósticos equivocados, na medida em que indicam aumentos exagerados, ou mesmo inexistentes, no grau de informalidade na indústria.

9. O resultado obtido por Ramos e Ferreira (2005a) diz respeito à ocupação total na indústria.

10. Essas duas RMs são responsáveis por cerca de 2/3 da amostra da PME.

TABELA 5
VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA — 1995-2003

	1995	2003	Crescimento (%)	Var. partic. (p.p.)
Brasil	4.897.402	5.356.159	9,4	-
Metropolitano	2.205.653	1.927.760	-12,6	-9,05
Não-metropolitano	2.691.687	3.428.399	27,4	9,05
RMs				
RMs PME	1.973.572	1.633.266	-17,2	-9,81
Belo Horizonte	161.083	149.734	-7,0	-0,49
Porto Alegre	213.237	235.658	10,5	0,05
Recife	76.674	70.544	-8,0	-0,25
Rio de Janeiro	284.943	210.924	-26,0	-1,88
Salvador	52.410	52.564	0,3	-0,09
São Paulo	1.185.225	913.842	-22,9	-7,14
Demais RMs	232.081	294.494	26,9	0,76
Belém	19.233	24.782	28,9	0,07
Curitiba	112.653	139.306	23,7	0,30
Distrito Federal	17.206	20.187	17,3	0,03
Fortaleza	82.989	110.219	32,8	0,36
Grandes regiões				
Norte	122.933	181.615	47,7	0,88
Nordeste	530.917	659.487	24,2	1,47
Sudeste	2.994.177	2.838.592	-5,2	-8,14
Sul	1.109.832	1.432.137	29,0	4,08
Centro-Oeste	139.543	244.328	75,1	1,71

Fonte: Rais/MTE.

Antes de examinar mais detidamente os movimentos entre UFs e áreas metropolitanas, cabe chamar a atenção para o fato de que, ao contrário do verificado para o emprego formal como um todo, no segmento industrial a realocação entre grandes regiões geográficas foi mais intensa. Um primeiro respaldo para essa afirmação é a semelhança entre os índices de turbulências associados às migrações para fora das RMs — 9,05% — e aos movimentos entre grandes regiões geográficas, que é de 8,14%. Nesse particular, as maiores variações na participação do emprego formal na indústria aconteceram na região Sudeste, que caiu de 61,1% em 1995 para 53,0% em 2003, e na região Sul, que teve a maior variação positiva — 4,08 p.p. Todas as demais regiões aumentaram sua fração no total,¹¹ mas de forma menos pronunciada.

As informações acerca da redistribuição entre as UFs na Tabela 6, são, em princípio, um pouco surpreendentes. Afinal de contas, para os recortes analisados até aqui a intensidade dos movimentos espaciais na indústria foi maior do que o verificado para o agregado. Não obstante, apenas três estados tiveram um desempenho inferior à média no tocante à expansão do emprego industrial — São

11. Por isso mesmo, o índice de turbulência é idêntico à queda na participação relativa da região Sudeste.

Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro —, enquanto para o emprego formal como um todo foram cinco — os mesmos três mais Rio Grande do Sul e Alagoas.

TABELA 6
VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA POR UF — 1995-2003

UFs	1995	2003	Crescimento (%)	Var. partic. (p.p.)
Brasil	4.897.402	5.356.159	9,4	-
Paraná	301.124	431.618	43,3	1,91
Santa Catarina	330.015	428.723	29,9	1,27
Ceará	102.481	164.473	60,5	0,98
Rio Grande do Sul	478.693	571.796	19,4	0,90
Goiás	64.929	118.040	81,8	0,88
Bahia	92.339	127.547	38,1	0,50
Mato Grosso	34.829	63.701	82,9	0,48
Minas Gerais	461.589	529.156	14,6	0,45
Pará	49.480	74.278	50,1	0,38
Mato Grosso do Sul	22.579	42.400	87,8	0,33
Amazonas	54.391	70.589	29,8	0,21
Rio Grande do Norte	30.498	44.742	46,7	0,21
Alagoas	63.585	80.217	26,2	0,20
Rondônia	11.759	23.140	96,8	0,19
Espírito Santo	60.784	75.719	24,6	0,17
Sergipe	18.512	25.988	40,4	0,11
Tocantins	2.650	7.029	165,2	0,08
Piauí	14.706	19.258	31,0	0,06
Paraíba	39.548	45.269	14,5	0,04
Distrito Federal	17.206	20.187	17,3	0,03
Acre	2.079	3.410	64,0	0,02
Maranhão	20.259	22.738	12,2	0,01
Roraima	751	1.101	46,6	0,01
Amapá	1.823	2.068	13,4	0,00
Pernambuco	148.989	129.255	-13,2	-0,63
Rio de Janeiro	385.309	306.801	-20,4	-2,14
São Paulo	2.086.495	1.926.916	-7,6	-6,63

Fonte: Rais/MTE.

Na verdade, a maior heterogeneidade do comportamento do emprego na indústria está intimamente associada a esse aparente paradoxo. Embora sejam apenas três estados com crescimento abaixo da média, nesses três casos ocorreu uma retração, sendo a mais destacada a do Rio de Janeiro, que chegou a 20,4%. Como consequência, as participações relativas desses estados no total diminuíram, e no caso de São Paulo a perda foi de 6,63 p.p. Além disso, para o emprego formal como um todo há uma elevada concentração em torno da média, o que não acontece na indústria, onde 18 estados têm um crescimento superior ao dobro da média nacional, de tal sorte que a amplitude das variações nas participações individuais foi de 8,54

p.p., comparado a 3,50 p.p. no caso do agregado. As maiores taxas de crescimento ocorreram para estados que tinham baixa quantidade de vínculos formais em 1995, particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto os maiores aumentos nas fatias do emprego formal na indústria foram observadas na região Sul, particularmente nos Estados do Paraná e Santa Catarina — 1,91 p.p. e 1,27 p.p., respectivamente.

A intensidade da realocação espacial do emprego industrial entre as UFs é confirmada pelo índice de turbulência de 9,40%. Contudo, apesar de ser mais elevado que o do emprego total, esse índice ainda é bastante parecido com o da partição segundo o critério metropolitano. Nesse contexto, os resultados da Tabela 7 ratificam o processo de despolarização anteriormente identificado de diversas formas: *a)* das sete áreas que tiveram uma *performance* inferior à média, cinco são RMs da PME; *b)* as duas maiores delas, São Paulo e Rio de Janeiro, têm quedas na participação que praticamente equivalem aos ganhos de todas as áreas que expandiram suas fatias no emprego industrial formal; *c)* apenas duas áreas não-metropolitanas apresentaram desempenho comparativamente fraco, no Rio de Janeiro e em Pernambuco; *d)* em todas as UFs que possuem RMs, incluindo essas duas, o desempenho das áreas não-metropolitanas foi superior; e *e)* das oito áreas que mais expandiram sua participação no total, seis foram não-metropolitanas, cabendo salientar a do Paraná, que lidera com 1,61 p.p. e a de São Paulo, que aumentou 0,51 p.p.

Assim, de modo geral, a dinâmica de realocação espacial do emprego formal na indústria apresentou um padrão bastante parecido com aquele observado para o setor protegido como um todo, mas a intensidade foi muito mais aguda. Isso fica patente pelas maiores variações nas participações e é resumido no maior valor dos índices de turbulência, que para essa última desagregação atinge 10,49%.

TABELA 7
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA POR UF E RM (RAIS)

UFs e RMs	1995	2003	Crescimento (%)	Var. partic. (p.p.)
Brasil	4.897.402	5.356.159	9,4	-
Paraná (não-metropolitana)	188.471	292.312	55,1	1,61
Santa Catarina	330.015	428.723	29,9	1,27
Minas Gerais (não-metropolitana)	300.477	379.422	26,3	0,95
Goiás	64.929	118.040	81,8	0,88
Rio Grande do Sul (não-metropolitana)	265.456	336.138	26,6	0,86
Ceará (não-metropolitana)	19.492	54.254	178,3	0,61
Bahia (não-metropolitana)	39.929	74.983	87,8	0,58
São Paulo (não-metropolitana)	901.270	1.013.074	12,4	0,51
Mato Grosso	34.829	63.701	82,9	0,48
Ceará (metropolitana)	82.989	110.219	32,8	0,36
Mato Grosso do Sul	22.579	42.400	87,8	0,33
Pará (não-metropolitana)	30.247	49.496	63,6	0,31
Paraná (metropolitana)	112.653	139.306	23,7	0,30

(continua)

(continuação)

UFs e RMs	1995	2003	Crescimento (%)	Var. partic. (p.p.)
Rio Grande do Norte	30.498	44.742	46,7	0,21
Amazonas	54.391	70.589	29,8	0,21
Alagoas	63.585	80.217	26,2	0,20
Rondônia	11.759	23.140	96,8	0,19
Espírito Santo	60.784	75.719	24,6	0,17
Sergipe	18.512	25.988	40,4	0,11
Tocantins	2.650	7.029	165,2	0,08
Pará (metropolitana)	19.233	24.782	28,9	0,07
Piauí	14.706	19.258	31,0	0,06
Rio Grande do Sul	213.237	235.658	10,5	0,05
Paraíba	39.548	45.269	14,5	0,04
Distrito Federal	17.206	20.187	17,3	0,03
Acre	2.079	3.410	64,0	0,02
Roraima	751	1.101	46,6	0,01
Maranhão	20.259	22.738	12,2	0,01
Amapá	1.823	2.068	13,4	0,00
Bahia (metropolitana)	52.410	52.564	0,3	-0,09
Pernambuco (metropolitana)	76.674	70.544	-8,0	-0,25
Rio de Janeiro (não-metropolitana)	100.366	95.877	-4,5	-0,26
Pernambuco (não-metropolitana)	72.315	58.711	-18,8	-0,38
Minas Gerais (metropolitana)	161.083	149.734	-7,0	-0,49
Rio de Janeiro (metropolitana)	284.943	210.924	-26,0	-1,88
São Paulo (metropolitana)	1.185.225	913.842	-22,9	-7,14

Fonte: Rais/MTE.

4 AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO 1995-2003

Os dados da Rais mostram que houve, tanto para o emprego formal como um todo quanto no caso da indústria em particular, dois momentos bastante distintos no padrão de expansão entre 1995 e 2003: o intervalo até 1999 e o desse ano até 2003. No primeiro quadriênio o desempenho foi bastante fraco, com um crescimento médio de 1,3% a.a. no emprego total e uma redução do nível de emprego formal na indústria, com a destruição líquida de quase 300 mil postos de trabalho desse tipo. Já no segundo, o ritmo de criação de empregos protegidos foi bem mais intenso, pujante até, com uma taxa de crescimento médio de 4,3% a.a. no total e 3,9% a.a. no âmbito da indústria. Essa dicotomia, que ajuda a entender a inflexão na evolução da informalidade identificada em Ramos e Ferreira (2005b), por certo se deveu, em boa medida, ao “ganho” de competitividade da produção nacional resultante da mudança do regime cambial no início de 1999, que atenuou sobremaneira o processo de enxugamento da estrutura produtiva em curso.

Uma outra característica de destaque do padrão de evolução do emprego formal está relacionada com sua distribuição espacial. O processo de realocação geográfica foi marcado pela despolarização, principalmente através da redução de sua concentração nas RMs. O emprego formal migrou para fora das metrópoles, que tiveram um crescimento de não mais que 11,4% ao longo dos oito anos contemplados na análise, comparado à marca de 37,4% verificada nas áreas não-metropolitanas. A perda de importância relativa foi ainda maior, conforme mostrado na Tabela 1, para o conjunto de metrópoles cobertas pela PME, e particularmente flagrante para as duas maiores do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Os maiores beneficiários desse esvaziamento metropolitano foram as áreas não-metropolitanas dos seus próprios estados — inclusive, com alguma surpresa, o interior do Estado do Rio de Janeiro — e os estados vizinhos. A parcela não-metropolitana de Minas Gerais, Paraná e Bahia, e os Estados de Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso, foram os segmentos geográficos que mais aumentaram sua participação no total do emprego protegido.

O emprego formal na indústria, seguindo a mesma toada, também experimentou um padrão espacial de descentralização. A intensidade foi, na verdade, bem maior: as metrópoles da PME encolheram cerca de 17%, reduzindo sua participação em quase 10 p.p., capitaneadas, outra vez, por São Paulo e Rio de Janeiro, os dois maiores pólos industriais do país, responsáveis pela totalidade do encolhimento em termos absolutos. No outro extremo, os Estados do Paraná, Ceará e Rio Grande do Sul, com destaque para suas áreas não-metropolitanas, junto a Santa Catarina e Goiás, foram os estratos geográficos que mais aumentaram suas participações.

A dinâmica de realocação espacial do emprego formal foi, então, de natureza similar no agregado e no segmento industrial, ambos marcados pela despolarização metropolitana, mas de forma mais aguda no segundo caso. As necessidades de ajustes estruturais mais profundos podem ser arroladas como as principais razões para tal, da mesma forma que respaldam o desempenho mais modesto do setor e a dicotomia mais acentuada entre os períodos pré e pós-mudança de regime cambial. Não obstante as diferenças de intensidade, esse padrão espacial comum torna mais fácil a compreensão das indicações conflitantes a respeito da informalidade fornecida pela PNAD e pela PME, o que sugere cautela na interpretação dos dados contemporâneos para fins de avaliação de tendências da conjuntura fornecidos pela pesquisa domiciliar mensal do IBGE.

APÊNDICE

TABELA A.1
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR RMs E GRANDES REGIÕES

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Brasil	23.745.786	23.823.307	24.100.664	24.489.205	24.993.052	27.189.614	28.683.913	29.544.927
Metropolitano	11.940.328	11.921.733	11.816.780	12.033.191	12.059.870	12.673.275	13.232.459	13.325.631
Não-metropolitano	11.805.237	11.901.565	12.261.609	12.456.014	12.933.182	14.516.339	15.451.454	16.219.296
Metrópoles da PNAD	11.940.328	11.921.733	11.816.780	12.033.191	12.059.870	12.673.275	13.232.459	13.325.631
Metrópoles da PME	9.896.639	9.917.899	9.717.070	9.873.671	9.884.631	10.352.213	10.789.602	10.865.268
Belo Horizonte	1.093.670	1.098.005	1.114.588	1.162.529	1.175.072	1.181.329	1.238.773	1.267.763
Porto Alegre	853.522	876.076	718.948	876.804	869.116	954.554	999.597	1.010.184
Recife	575.048	567.260	575.122	571.096	604.736	610.533	632.547	633.419
Rio de Janeiro	2.234.732	2.248.316	2.179.940	2.208.825	2.149.271	2.244.976	2.300.007	2.290.348
Salvador	583.047	585.368	626.648	649.486	660.526	679.454	712.607	734.988
São Paulo	4.556.620	4.542.874	4.501.824	4.404.931	4.425.910	4.681.367	4.906.071	4.928.566
Outras metrópoles	2.043.689	2.003.834	2.099.710	2.159.520	2.175.239	2.321.062	2.442.857	2.460.363
Belém	282.062	286.202	280.477	285.958	285.895	300.692	317.196	319.984
Curitiba	688.960	646.442	694.245	691.063	685.697	740.189	769.716	777.744
Distrito Federal	629.158	619.505	664.631	719.483	730.779	781.380	813.591	810.122
Fortaleza	443.509	451.685	460.357	463.016	472.868	498.801	542.354	552.513
Grandes regiões								
Norte	910.152	927.630	953.667	1.008.776	1.032.143	1.161.780	1.296.597	1.379.761
Nordeste	3.854.070	3.894.643	3.915.451	4.059.894	4.181.752	4.555.019	4.859.397	5.095.390
Sudeste	13.253.259	13.266.774	13.254.636	13.276.634	13.456.591	14.437.616	15.128.474	15.396.672
Sul	4.100.397	4.090.474	4.230.918	4.291.365	4.407.954	4.859.793	5.075.659	5.256.600
Centro-Oeste	1.627.908	1.643.786	1.745.992	1.852.536	1.914.612	2.175.406	2.323.786	2.416.504

Fonte: MTE/Rais de 1995 e 2003.

TABELA A.2
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR UFs

UFs	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Acre	48.156	54.657	55.217	60.176	58.074	64.781	68.439	68.500
Alagoas	276.273	279.580	249.745	253.242	253.468	286.673	311.780	315.691
Amapá	31.758	38.998	38.428	43.868	43.929	46.643	55.960	62.927
Amazonas	239.253	230.742	233.518	237.027	232.965	267.273	291.315	318.361
Bahia	951.438	963.818	1.003.241	1.062.334	1.108.605	1.209.567	1.309.717	1.379.609
Ceará	596.070	615.039	626.455	645.492	667.032	724.954	793.312	825.062
Distrito Federal	629.158	619.505	664.631	719.483	730.779	781.380	813.591	810.122
Espírito Santo	420.547	426.271	416.806	431.971	451.381	515.153	551.601	565.301
Goiás	511.018	527.152	554.419	580.620	610.672	730.608	781.443	827.039
Maranhão	247.925	252.161	265.960	273.434	272.606	308.479	329.935	348.761
Mato Grosso	232.434	240.401	260.739	277.008	289.807	342.157	379.152	414.101
Mato Grosso do Sul	255.298	256.728	266.203	275.425	283.354	321.261	349.600	365.242
Minas Gerais	2.436.243	2.469.707	2.541.557	2.639.373	2.728.506	2.893.726	3.046.362	3.138.026
Pará	393.808	396.762	396.562	418.442	432.076	488.368	546.251	572.579
Paraíba	308.434	305.057	306.755	326.688	330.392	359.135	375.537	383.867
Paraná	1.462.484	1.445.070	1.530.685	1.560.036	1.580.794	1.721.656	1.812.631	1.884.380
Pernambuco	825.013	814.707	819.366	822.728	854.879	895.415	943.895	962.176
Piauí	184.384	192.766	183.904	196.581	201.568	215.157	236.945	247.106
Rio de Janeiro	2.688.192	2.712.526	2.657.712	2.686.376	2.641.298	2.801.370	2.922.463	2.9451.93
Rio Grande do Norte	285.985	287.614	272.744	286.325	297.616	337.160	318.971	388.007
Rio Grande do Sul	1.729.168	1.735.796	1.760.492	1.784.313	1.815.229	1.982.425	2.027.416	2.079.813
Rondônia	119.040	112.875	130.774	132.982	144.460	150.507	173.276	183.477
Roraima	21.406	21.798	21.810	25.747	24.607	26.845	28.129	27.725
Santa Catarina	908.745	909.608	939.741	947.016	1.011.931	1.155.712	1.235.612	1.292.407
São Paulo	7.708.277	7.658.270	7.638.561	7.518.914	7.635.406	8.227.367	8.608.048	8.748.152
Sergipe	178.548	183.901	187.281	193.070	195.586	218.479	239.305	245.111
Tocantins	56.731	71.798	77.358	90.534	96.032	117.363	133.227	146.192

Fonte: MTE/Rais de 1995 e 2003.

TABELA A.3
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR UFs E RMs

UFs	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Bahia	951.438	963.818	1.003.241	1.062.334	1.108.605	1.209.567	1.309.717	1.379.609
Metropolitano	583.047	585.368	626.648	649.486	660.526	679.454	712.607	734.988
Não-metropolitano	368.391	378.450	376.593	412.848	448.079	530.113	597.110	644.621
Ceará	596.070	615.039	626.455	645.492	667.032	724.954	793.312	825.062
Metropolitano	443.509	451.685	460.357	463.016	472.868	498.801	542.354	552.513
Não-metropolitano	152.561	163.354	166.098	182.476	194.164	226.153	250.958	272.549
Distrito Federal	629.158	619.505	664.631	719.483	730.779	781.380	813.591	810.122
Metropolitano	629.158	619.505	664.631	719.483	730.779	781.380	813.591	810.122
Não-metropolitano	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	2.436.243	2.469.707	2.541.557	2.639.373	2.728.506	2.893.726	3.046.362	3.138.026
Metropolitano	1.093.670	1.098.005	1.114.588	1.162.529	1.175.072	1.181.329	1.238.773	1.267.763
Não-metropolitano	1.342.390	1.371.702	1.422.739	1.476.844	1.553.434	1.712.397	1.807.589	1.870.263
Pará	393.808	396.762	396.562	418.442	432.076	488.368	546.251	572.579
Metropolitano	282.062	286.202	280.477	285.958	285.895	300.692	317.196	319.984
Não-metropolitano	111.746	110.560	115.492	132.484	146.181	187.676	229.055	252.595
Paraná	1.462.484	1.445.070	1.530.685	1.560.036	1.580.794	1.721.656	1.812.631	1.884.380
Metropolitano	688.960	646.442	694.245	691.063	685.697	740.189	769.716	777.744
Não-metropolitano	773.524	798.621	833.884	868.973	895.097	981.467	1.042.915	1.106.636
Pernambuco	825.013	814.707	819.366	822.728	854.879	895.415	943.895	962.176
Metropolitano	575.048	567.260	575.122	571.096	604.736	610.533	632.547	633.419
Não-metropolitano	249.965	247.447	242.797	251.632	250.143	284.882	311.348	328.757
Rio de Janeiro	2.688.192	2.712.526	2.657.712	2.686.376	2.641.298	2.801.370	2.922.463	2.945.193
Metropolitano	2.234.732	2.248.316	2.179.940	2.208.825	2.149.271	2.244.976	2.300.007	2.290.348
Não-metropolitano	453.460	464.210	475.454	477.551	492.027	556.394	622.456	654.845
Rio Grande do Sul	1.729.168	1.735.796	1.760.492	1.784.313	1.815.229	1.982.425	2.027.416	2.079.813
Metropolitano	853.522	876.076	718.948	876.804	869.116	954.554	999.597	1.010.184
Não-metropolitano	875.646	859.720	1.039.719	907.509	946.113	1.027.871	1.027.819	1.069.629
São Paulo	7.708.277	7.658.270	7.638.561	7.518.914	7.635.406	8.227.367	8.608.048	8.748.152
Metropolitano	4.556.620	4.542.874	4.501.824	4.404.931	4.425.910	4.681.367	4.906.071	4.928.566
Não-metropolitano	3.151.657	3.115.395	3.135.837	3.113.983	3.209.496	3.546.000	3.701.977	3.819.586

TABELA A.4
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA — RMs E GRANDES REGIÕES

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Brasil	4.897.402	4.797.283	4.703.654	4.476.967	4.603.882	4.976.462	5.209.774	5.356.159
Metropolitano	2.205.653	2.082.667	1.997.912	1.830.126	1.814.242	1.871.635	1.918.930	1.927.760
Não-metropolitano	2.691.687	2.714.616	2.705.407	2.646.841	2.789.640	3.104.827	3.290.844	3.428.399
Metrópoles da PNAD	2.205.653	2.082.667	1.997.912	1.830.126	1.814.242	1.871.635	1.918.930	1.927.760
Metrópoles da PME	1.973.572	1.854.016	1.760.290	1.593.721	1.572.601	1.610.360	1.634.404	1.633.266
Belo Horizonte	161.083	156.661	164.644	141.510	139.899	142.142	147.104	149.734
Porto Alegre	213.237	209.772	194.090	185.122	191.941	216.671	239.194	235.658
Recife	76.674	76.066	77.814	71.615	71.832	74.386	72.740	70.544
Rio de Janeiro	284.943	266.395	245.873	232.393	223.601	209.779	213.203	210.924
Salvador	52.410	43.788	46.593	41.650	42.828	47.032	50.309	52.564
São Paulo	1.185.225	1.101.334	1.031.276	921.431	902.500	920.350	911.854	913.842
Outras metrópoles	232.081	228.651	237.622	236.405	241.641	261.275	284.526	294.494
Belém	19.233	19.825	19.133	20.049	19.507	21.897	23.493	24.782
Curitiba	112.653	108.722	116.295	111.835	114.520	127.332	134.722	139.306
Distrito Federal	17.206	16.773	18.705	18.578	17.850	18.245	19.177	20.187
Fortaleza	82.989	83.331	83.489	85.943	89.764	93.801	107.134	110.219
Grandes regiões								
Norte	122.933	130.450	129.230	122.942	127.832	147.452	167.848	181.615
Nordeste	530.917	528.860	534.271	523.189	537.174	602.351	646.507	659.487
Sudeste	2.994.177	2.879.609	2.764.823	2.573.621	2.601.572	2.709.110	2.778.965	2.838.592
Sul	1.109.832	1.106.419	1.108.577	1.084.443	1.157.959	1.304.522	1.384.238	1.432.137
Centro-Oeste	139.543	151.945	166.753	172.772	179.345	213.027	232.216	244.328

Fonte: MTE/Rais de 1995 e 2003.

TABELA A.5
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA POR UF

UFs	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Acre	2.079	2.396	2.662	2.605	2.458	3.141	3.105	3.410
Alagoas	63.585	64.513	63.974	56.438	54.399	74.424	76.816	80.217
Amapá	1.823	1.866	1.000	1.044	1.736	1.817	1.784	2.068
Amazonas	54.391	59.866	53.844	47.510	44.895	54.848	62.306	70.589
Bahia	92.339	83.112	88.192	84.729	91.714	107.493	118.493	127.547
Ceará	102.481	108.063	114.043	121.393	130.038	139.326	154.807	164.473
Distrito Federal	17.206	16.773	18.705	18.578	17.850	18.245	19.177	20.187
Espírito Santo	60.784	63.723	62.639	61.003	69.516	68.894	73.086	75.719
Goiás	64.929	71.016	77.857	80.294	86.226	104.291	112.528	118.040
Maranhão	20.259	21.766	20.513	18.814	18.948	19.849	21.322	22.738
Mato Grosso	34.829	39.627	43.711	47.296	48.127	56.985	60.572	63.701
Mato Grosso do Sul	22.579	24.529	26.480	26.604	27.142	33.506	39.939	42.400
Minas Gerais	461.589	462.314	478.627	452.821	469.725	494.229	518.695	529.156
Pará	49.480	49.890	49.448	49.841	53.978	59.840	69.337	74.278
Paraíba	39.548	42.789	40.550	41.658	42.106	44.158	48.246	45.269
Paraná	301.124	302.879	322.858	317.145	330.282	372.956	408.936	431.618
Pernambuco	148.989	141.263	137.028	128.990	125.416	135.774	133.252	129.255
Piauí	14.706	16.172	15.324	15.357	15.748	17.284	18.464	19.258
Rio de Janeiro	385.309	364.857	334.682	316.172	306.019	294.787	306.031	306.801
Rio Grande do Norte	30.498	33.706	35.450	36.407	39.168	40.861	49.952	44.742
Rio Grande do Sul	478.693	477.778	463.716	454.168	480.281	541.236	558.720	571.796
Rondônia	11.759	11.920	17.359	16.657	19.020	21.477	23.428	23.140
Roraima	751	922	1.015	1.106	813	903	1.052	1.101
Santa Catarina	330.015	325.762	322.003	313.130	347.396	390.330	416.582	428.723
São Paulo	2.086.495	1.988.715	1.888.875	1.743.625	1.756.312	1.851.200	1.881.153	1.926.916
Sergipe	18.512	17.476	19.197	19.403	19.637	23.182	25.155	25.988
Tocantins	2.650	3.590	3.902	4.179	4.932	5.426	6.836	7.029

Fonte: MTE/Rais de 1995 e 2003.

TABELA A.6
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA POR UF E RM

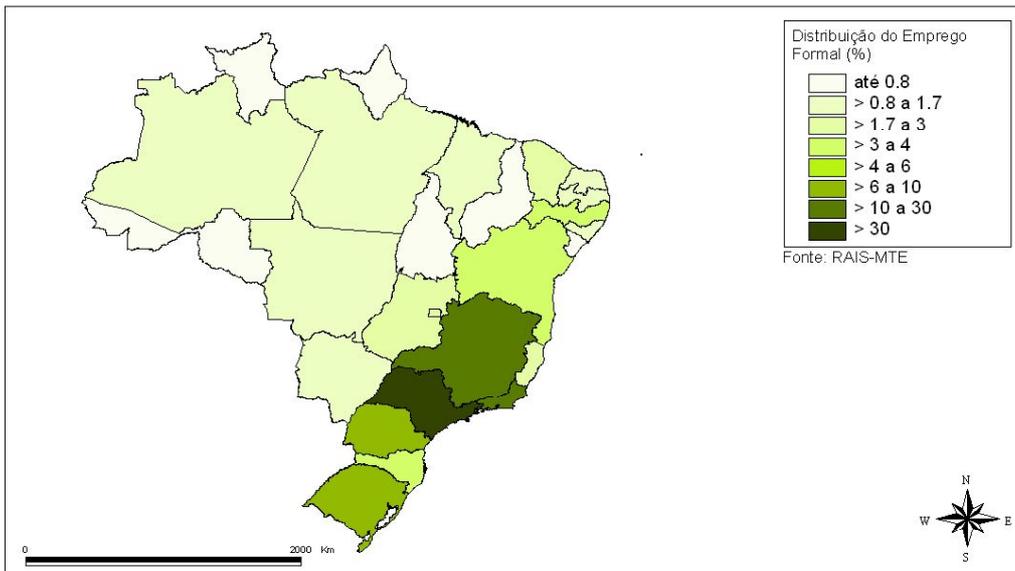
UFs	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Bahia	92.339	83.112	88.192	84.729	91.714	107.493	118.493	127.547
Metropolitano	52.410	43.788	46.593	41.650	42.828	47.032	50.309	52.564
Não-metropolitano	39.929	39.324	41.599	43.079	48.886	60.461	68.184	74.983
Ceará	102.481	108.063	114.043	121.393	130.038	139.326	154.807	164.473
Metropolitano	82.989	83.331	83.489	85.943	89.764	93.801	107.134	110.219
Não-metropolitano	19.492	24.732	30.554	35.450	40.274	45.525	47.673	54.254
Distrito Federal	17.206	16.773	18.705	18.578	17.850	18.245	19.177	20.187
Metropolitano	17.206	16.773	18.705	18.578	17.850	18.245	19.177	20.187
Não-metropolitano	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	461.589	462.314	478.627	452.821	469.725	494.229	518.695	529.156
Metropolitano	161.083	156.661	164.644	141.510	139.899	142.142	147.104	149.734
Não-metropolitano	300.477	305.653	313.967	311.311	329.826	352.087	371.591	379.422
Pará	49.480	49.890	49.448	49.841	53.978	59.840	69.337	74.278
Metropolitano	19.233	19.825	19.133	20.049	19.507	21.897	23.493	24.782
Não-metropolitano	30.247	30.065	30.315	29.792	34.471	37.943	45.844	49.496
Paraná	301.124	302.879	322.858	317.145	330.282	372.956	408.936	431.618
Metropolitano	112.653	108.722	116.295	111.835	114.520	127.332	134.722	139.306
Não-metropolitano	188.471	194.157	206.533	205.310	215.762	245.624	274.214	292.312
Pernambuco	148.989	141.263	137.028	128.990	125.416	135.774	133.252	129.255
Metropolitano	76.674	76.066	77.814	71.615	71.832	74.386	72.740	70.544
Não-metropolitano	72.315	65.197	59.210	57.375	53.584	61.388	60.512	58.711
Rio de Janeiro	385.309	364.857	334.682	316.172	306.019	294.787	306.031	306.801
Metropolitano	284.943	266.395	245.873	232.393	223.601	209.779	213.203	210.924
Não-metropolitano	100.366	98.462	88.809	83.779	82.418	85.008	92.828	95.877
Rio Grande do Sul	478.693	477.778	463.716	454.168	480.281	541.236	558.720	571.796
Metropolitano	213.237	209.772	194.090	185.122	191.941	216.671	239.194	235.658
Não-metropolitano	265.456	268.006	269.613	269.046	288.340	324.565	319.526	336.138
São Paulo	2.086.495	1.988.715	1.888.875	1.743.625	1.756.312	1.851.200	1.881.153	1.926.916
Metropolitano	1.185.225	1.101.334	1.031.276	921.431	902.500	920.350	911.854	913.842
Não-metropolitano	901.270	887.381	857.595	822.194	853.812	930.850	969.299	1.013.074

TABELA A.7
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL SEGUNDO CORTES SELECIONADOS

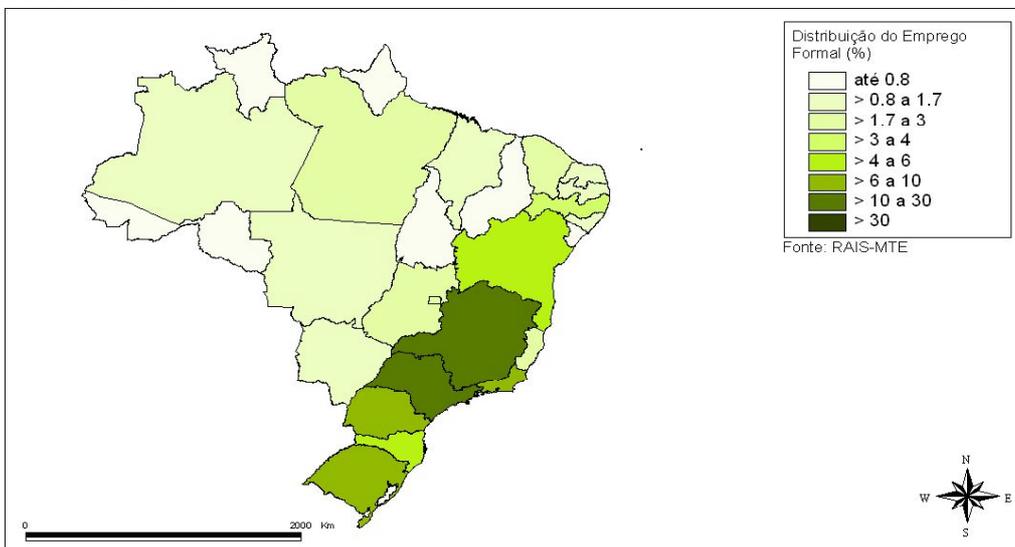
	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Brasil	23.745.786	23.823.307	24.100.664	24.489.205	24.993.052	27.189.614	28.683.913	29.544.927
Sexo								
Homens	14.874.666	14.821.266	14.959.966	15.083.202	15.214.055	16.437.782	17.265.351	17.740.944
Mulheres	8.871.120	9.002.041	9.140.698	9.406.003	9.778.997	10.751.832	11.418.562	11.803.983
Educação								
Analfabetos	727.204	697.871	656.394	589.462	517.426	472.585	461.800	288.322
4ª. série incompleta	2.493.898	2.566.997	2.185.748	2.048.167	1.935.302	1.841.239	1.803.342	1.732.621
4ª. série completa	3.447.330	3.650.844	3.259.804	3.094.487	2.936.469	2.734.614	2.634.667	2.506.751
8ª. série incompleta	3.593.755	3.785.044	3.646.675	3.581.935	3.574.348	3.511.192	3.510.761	3.427.768
8ª. série completa	3.495.806	3.817.384	4.067.975	4.252.403	4.303.397	4.593.503	4.772.674	4.845.342
2º. grau incompleto	1.898.665	1.699.854	1.917.248	1.950.302	2.100.355	2.353.179	2.504.252	2.561.300
2º. grau completo	4.354.629	4.332.111	4.819.801	5.198.763	5.648.996	7.211.704	8.189.638	8.705.921
Superior incompleto	857.071	703.081	781.750	802.092	902.664	1.083.923	1.135.839	1.124.065
Superior completo	2.645.062	2.393.464	2.724.519	2.944.643	3.071.654	3.387.675	3.670.940	4.352.837
Idade								
Até 17 anos	580029	528013	507066	464597	378154	297744	292164	282811
18 a 24	4.412.527	4.443.725	4.536.810	4.543.759	4.631.546	5.183.463	5.437.042	5.474.595
25 a 29	4.028.026	4.016.090	4.053.490	4.064.144	4.165.633	4.503.164	4.772.782	4.986.631
30 a 39	7.412.786	7.452.116	7.515.017	7.687.266	7.840.773	8.331.376	8.703.541	8.870.402
40 a 49	4.875.443	4.951.797	5.021.527	5.188.885	5.329.778	5.886.322	6.239.360	6.516.262
50 a 64	2.184.565	2.208.595	2.253.170	2.340.708	2.450.349	2.782.329	3.021.473	3.197.382
65 anos ou mais	173.593	174.942	176.487	178.025	187.369	194.474	201.639	216.166
Setor								
Extrativa mineral	109.092	117.123	105.827	104.945	100.506	117.659	122.801	122.806
Ind. de transformação	4.897.402	4.797.283	4.703.654	4.476.967	4.603.882	4.976.462	5.209.774	5.356.159
Serv. de utilidade pública	378.197	357.569	332.049	311.928	309.968	296.811	310.366	319.068
Construção civil	1.077.516	1.119.031	1.161.931	1.136.824	1.047.876	1.132.955	1.106.350	1.048.251
Comércio	3.339.975	3.463.406	3.668.633	3.760.964	3.937.904	4.487.004	4.826.533	5.119.479
Serviços	7.229.060	7.422.161	7.661.598	7.824.783	7.985.995	8.773.810	9.182.552	9.378.566
Adm. pública	5.457.846	5.466.553	5.441.844	5.854.304	5.969.659	6.319.189	6.787.302	6.991.973
Agropecuária, pesca etc.	1.005.524	992.645	997.397	1.011.712	1.035.334	1.085.724	1.138.235	1.207.672

Fonte: Rais/MTE.

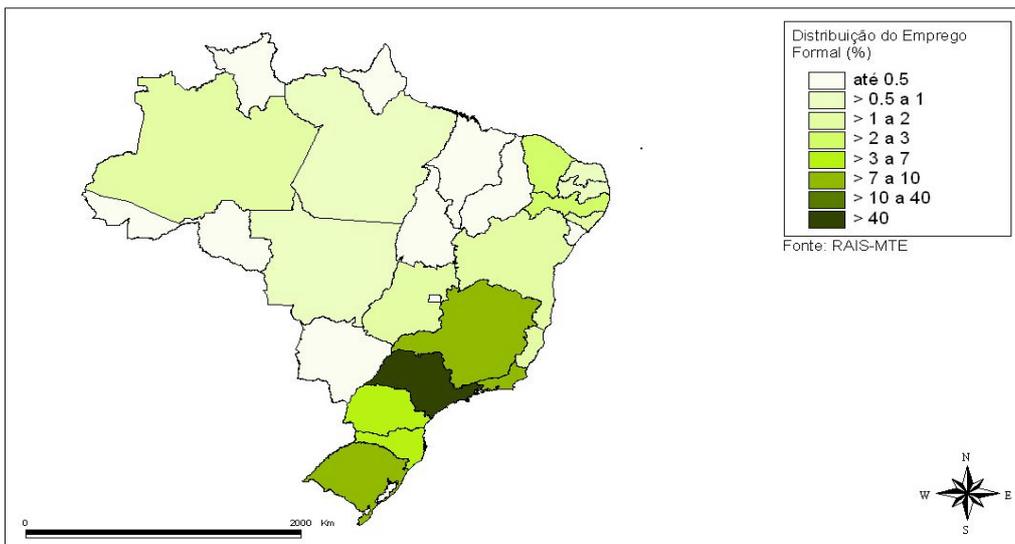
Distribuição do Emprego Formal segundo as Unidades da Federação RAIS de 1995



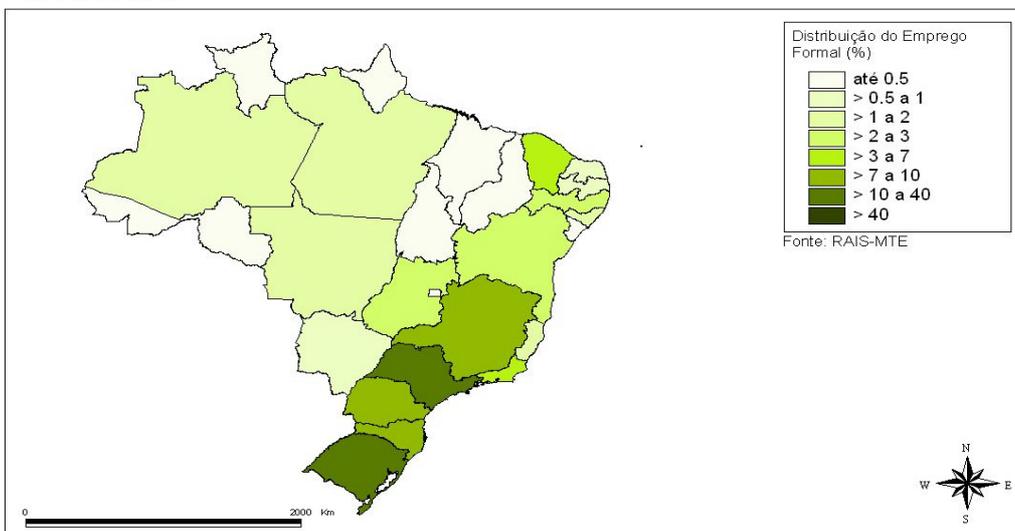
Distribuição do Emprego Formal segundo as Unidades da Federação RAIS de 2003



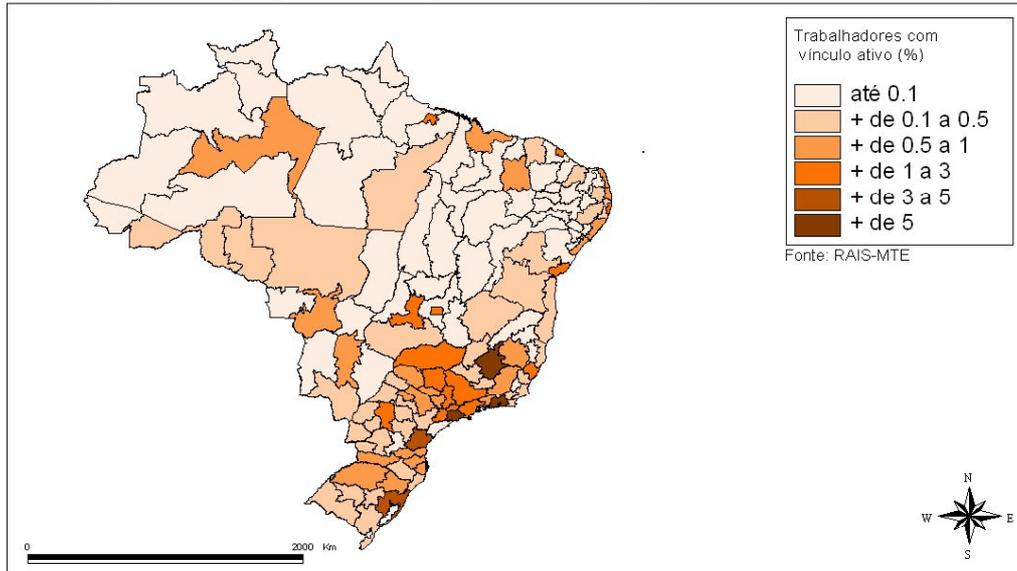
Distribuição do Emprego Formal na Indústria segundo as Unidades da Federação RAIS de 1995



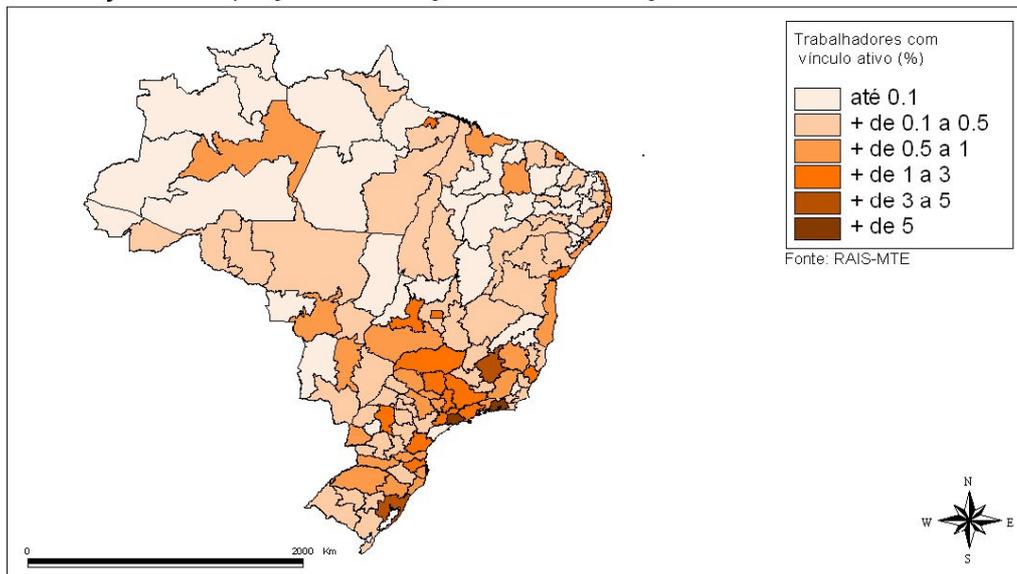
Distribuição do Emprego Formal na Indústria segundo as Unidades da Federação RAIS de 2003



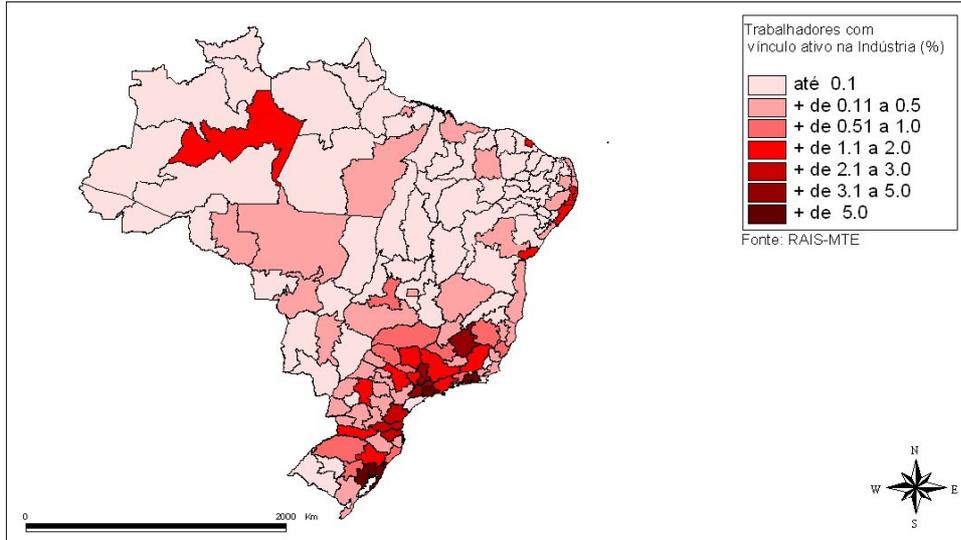
Distribuição do Emprego Formal segundo as Mesorregiões - RAIS de 1995



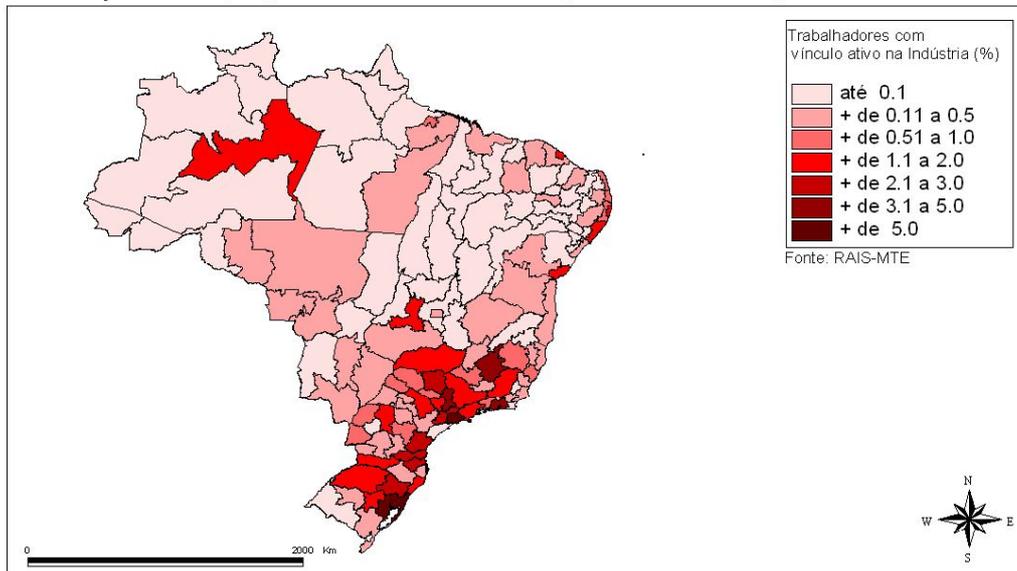
Distribuição do Emprego Formal segundo as Mesorregiões - RAIS de 2003



Distribuição do Emprego Formal na Indústria segundo as Mesorregiões - RAIS de 1995



Distribuição do Emprego Formal na Indústria segundo as Mesorregiões - RAIS de 2003



BIBLIOGRAFIA

- BARROS, R., RAMOS, L. *Distribuição espacial do emprego no Brasil: 1992-1997*. IPEA, 2000.
- BARROS, R. *et alii*. Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro. In: *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, IPEA/MTE, n. 4, 1997.
- CAMARGO, J. M. *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- PASSOS, A., ANSILIERO, G., PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, IPEA/MTE, n. 26, 2005.
- RAMOS, L., BRITTO, M. *O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. IPEA, 2004 (Texto para Discussão, 1.011).
- RAMOS, L., FERREIRA, V. Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro: 1992-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, abr. 2005a.
- . *Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil: 1991-2003*. IPEA, 2005b (Texto para Discussão, 1.099).
- SOARES, S., SERVO, L. M. S., ARBACHE, J. S. *O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil*. IPEA, 2001 (Texto para Discussão, 843).

EDITORIAL

Coordenação

Silvânia de Araujo Carvalho

Supervisão

Helena Rodarte Costa Valente

Revisão

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Marcio Alves de Albuquerque

Marcos Hecksher

Míriam Nunes da Fonseca

Alejandro Augusto S. V. A. Poinho (estagiário)

Alessandra Senna Volkert

Editoração

Carlos Henrique Santos Vianna

Joanna Silvestre Friques de Sousa

Roberto das Chagas Campos

Camila Guimarães Simas (estagiária)

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5090

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5090

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar — Grupo 609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 2215-1044 R. 234

Fax (21) 2215-1043 R. 235

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 142 exemplares